

# COMENTÁRIOS À LEI Nº 12.973/2014 (Conversão da MP nº 627)

**“Impactos no Lucro Real, Lucro Presumido, PIS, Cofins, AVP, AVJ, JCP, Lucros de Coligadas/Controladas no Exterior, Distribuição de Lucros aos Sócios Ajustes do Regime Tributário à Regra Contábil Internacional, com Fim do RTT”**

**2ª Edição**

**ATUALIZADO PELA  
IN RFB Nºs 1.515/2014  
E 1.520/2014  
+ EXEMPLOS PRÁTICOS**

**+ DESTAQUES:**

- “Quais CPC contábeis foram recepcionados pela legislação fiscal”
- “Fim do regime RTT em 2014 ou 2015 - Opção”
- “Regras Contábeis e Tributárias - Alterações”
- “Nova forma de tributar os lucros de Coligadas/Controladas no Exterior”
- “Distribuição de Lucros e Dividendos aos Sócios - Critério de Isenção do IR”
- “Quais Impactos tributários na base do Lucro Real e Lucro Presumido”
- “Modificações no cálculo do PIS/Cofins apurado mensalmente”
- “Providências iniciais a serem tomadas a partir de 01.01.2014”
- “Alteração no registro do Arrendamento Mercantil Financeiro e Operacional”
- “Novidade na taxa e cálculo da Depreciação”
- “Juros sobre Capital Próprio e MEP”
- “Ajuste a Valor Presente (AVP) e Ajuste Valor Justo (AVJ) - Cálculo e diferença
- “Unifica e-Lalur/DIPJ/FCont no novo Sped ECF”
- “Investimento em Sociedade Coligada e Controlada - Desdobramento do custo” - Critério
- “Incorporação/Fusão/Cisão (Mais/Menos-valia e Ágio)” - Procedimentos

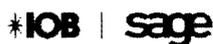


**Presidente:** Jorge Santos Carneiro  
**Diretor Comercial:** Leonardo Gomes  
**Diretor de Operação - Informações, Cursos e Livros:** Elton José Donato  
**Gerente de Cursos e Livros:** Viviane Silva  
**Editora:** Viviane Caravieri Sant'Ana  
**Assistente Editorial:** Valéria B. Saletti  
**Editoração Eletrônica:** Linotec  
**Capa:** Bruno Ortega  
**Revisão:** Linotec

Edição concluída em dezembro de 2014

Publicado e comercializado por  
IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

Telefone: 0800 724 7777  
E-mail: livraria@iob.com.br



Rua Antônio Nagib Ibrahim, 350 - Água Branca - CEP 05036-060 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 2188-7900

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Azevedo, Osmar Reis

Comentários a Lei n. 12.973/2014 : conversão da MP 627/2013 / Osmar Reis Azevedo. -- 2. ed. -- São Paulo : IOB Folhamatic EBS - SAGE, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-379-2316-0

1. Contabilidade - Leis e legislação - Brasil 2. Normas contábeis internacionais I. Título.

14-12645

CDD-657.02681

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Contabilidade : Leis e legislação : Administração 657.02681
2. Normas contábeis : Brasil : Leis : Comentários : Administração 657.02681

# SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</b> .....	23
1. OBJETIVO.....	23
2. REGRAS CONTÁBEIS INTERNACIONAIS ADOTADAS NO BRASIL ...	24
2.1. Legislação societária .....	25
2.2. Legislação tributária.....	25
2.3. Quadro-Resumo - Conteúdos por Capítulos da Lei e Vigência ...	27
3. NOVA LEGISLAÇÃO FISCAL X CONTABILIDADE SOCIETÁRIA .....	31
<b>CAPÍTULO II - ADOÇÃO INICIAL/REGRAS ESPECIAIS</b> .....	33
1. PROCEDIMENTOS INICIAIS PARA ADOÇÃO DA LEI .....	33
1.1. Entendendo o que foi Início e Fim do RTT (Regime Tributário Transitório).....	33
1.2. Adoção Inicial das Regras Fiscais da Lei em 2014.....	34
1.3. Opção Inicial pela Manutenção do RTT em 2014 .....	35
1.4. Local da “Opção pela Lei em 2014”.....	35
1.5. Obrigações Fiscais - Principais .....	36
1.6. Operações de Incorporação, Fusão e Cisão - Inicial.....	37
1.7. Diferença Inicial do Ativo e Passivo em 31.12.2013/2014.....	38
1.7.1. Diferença positiva do Ativo em 2013/2014 .....	38
1.7.2. Diferença negativa do Ativo em 2013/2014.....	40

1.8.	Prejuízos Não Operacionais - Saldos Iniciais.....	45
1.9.	Contrato de Concessão de Serviços Públicos - Inicial.....	45
1.10.	CPC (Novos Pronunciamento Contábeis) a Serem Publicados...	46
1.11.	Controles por Subcontas/Razão Auxiliar/Lalur - Adoção Inicial	48
2.	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS - NO REGIME DO LUCRO REAL.....	52
2.1.	Lucros Apurados no Período 2008 a 2013 - Isenção do IRFonte - Lucro Real.....	52
2.2.	Lucros Apurados No Ano de 2014 - Lucro Real.....	52
2.3.	Enfoque Contábil/Societário na Distribuição de Lucros.....	53
2.4.	Lucros Apurados a Partir de 2015.....	54
3.	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS SÓCIOS - NO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO.....	56
3.1.	Lucros Apurados no Período 2008 a 2013 - Isenção do IRFonte	56
3.2.	Lucros Apurados no Ano de 2014 - Lucro Presumido.....	56
3.3.	Lucros Apurados a Partir de 2015 - Lucro Presumido.....	59
4.	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) PERÍODO DE 2008 A 2014	59
5.	MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP) - PERÍODO DE 2008 A 2014.....	60
6.	RESUMO SOBRE O INÍCIO DA APLICAÇÃO DOS ARTIGOS DA LEI.....	61
	<b>CAPÍTULO III - AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP) E AJUSTE A VALOR JUSTO (AVJ).....</b>	<b>63</b>
1.	AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP) - CPC 12.....	64
1.1.	Ativos Decorrentes de Operações de Longo Prazo.....	64
1.1.1.	Aspectos contábeis - Apuração do AVP no Ativo - Contas a Receber.....	64
1.1.2.	IRPJ/CSLL - Aspecto fiscal e AVP do Ativo.....	65
1.1.3.	Controle por Subcontas e Livro Razão Auxiliar.....	68
1.2.	Passivos Decorrentes de Operações de Longo Prazo.....	69
1.2.1.	Aspectos contábeis - Apuração do AVP no Passivo - Contas a Pagar.....	69
1.2.2.	IRPJ/CSLL - Tratamento fiscal do AVP do Passivo.....	71
1.3.	PIS/Cofins - AVP na Apuração da Base de Cálculo e dos Créditos.	78
1.3.1.	Base de Cálculo do PIS/Cofins - AVP.....	78

1.3.2.	Créditos de PIS/Cofins - Regra geral - AVP .....	80
1.3.3.	Importação - Créditos - AVP.....	81
1.4.	Receita Bruta e o AVP.....	82
1.5.	Lucro da Exploração e AVP.....	83
1.6.	Ganho e Capital - AVP na Baixa de Bens do AÑC .....	83
1.6.1.	Lucro Presumido (IRPJ/CSLL) - Ganho de capital .....	83
1.6.2.	Lucro arbitrado (IRPJ/CSLL) - Ganho de capital .....	85
1.6.3.	Lucro Real (IRPJ/CSLL) - Ganho de capital .....	86
1.7.	Arrendamento Mercantil e AVP .....	86
1.8.	Varição Cambial - Ajuste a Valor Presente .....	87
2.	AJUSTE A VALOR JUSTO (AVJ) - CPC 46 .....	87
2.1.	Diferença entre “Ajuste a Valor Justo (AVJ)”, “Ajuste a Valor Presente (AVP)” e “Ajuste Valor Recuperável (AVR)” .....	87
2.2.	Avaliação de Ativo ou Passivo a Valor Justo (AVJ) - Lucro Real..	88
2.2.1.	Ganho com base no Valor Justo.....	88
2.2.2.	Perda com base no Valor Justo .....	93
2.3.	Mudança do Lucro Presumido para Lucro Real - Avaliação a Valor Justo .....	94
2.4.	Subscrição de Capital Social Feita por Meio de Bens a Valor Justo - Lucro Real/CSLL.....	96
2.4.1.	Ganho de bem avaliado ao Valor Justo - Subscrição de capital .....	96
2.4.2.	Perda de bem avaliado ao Valor Justo - Subscrição de capital .....	99
2.5.	Permuta de Unidade Imobiliária e Ativo .....	100

## **CAPÍTULO IV - LUCRO REAL E LUCRO PRESUMIDO .....** 103

1.	LUCRO REAL .....	103
1.1.	Estimativa Mensal e Ganho de Capital - Lucro Real - IRPJ/CSLL	103
1.1.1.	Base de cálculo por estimativa mensal - Lucro real .....	103
1.1.2.	Ganho de capital - Estimativa mensal - Lucro real.....	108
1.1.3.	Receita Bruta - Definição .....	109
1.1.4.	Suspensão ou Redução do Pagamento Mensal .....	110
1.2.	Mudança do Lucro Real para Lucro Presumido.....	110
1.3.	CSLL - Base de Cálculo por Estimativa - Lucro Real .....	111
1.4.	Contratos de Longo Prazo - Lucro Real.....	112
1.5.	Custo Atribuído - Realização pela Venda - Lucro Real .....	113

1.6.	Arrendamento Mercantil - Custo de Aquisição/Composição - Lucro Real.....	114
1.7.	Depreciação de Bem Objeto de Arrendamento Mercantil.....	115
1.8.	Contratos de Concessão Lucro Real .....	116
1.9.	Perdas no Recebimento de Créditos .....	117
2.	<b>LUCRO PRESUMIDO TRIMESTRAL .....</b>	<b>119</b>
2.1.	Receita Bruta e Ganho de Capital no Lucro Presumido.....	119
2.1.1.	Amplia o conceito de receita bruta e trata de Ajuste a Valor Presente.....	119
2.1.2.	Ganho de capital - Ajuste Valor Presente (AVP) e Avaliação a Valor Justo (AVJ) .....	121
2.2.	Mudança de Regime Tributário (LR vice-versa LP) - IRPJ/CSLL.....	123
2.2.1.	Lucro Real para Lucro Presumido .....	123
2.2.2.	Lucro Presumido para Lucro Real - Avaliação a Valor Justo.....	124
2.3.	Custo de Empréstimos - Lucro Presumido e Arbitrado - IRPJ/CSLL.....	125
2.4.	Receita Financeira Oriunda de Ajuste a Valor Presente.....	126
2.5.	Contrato de Concessão de Serviços Públicos - Lucro Presumido.....	127
2.6.	Moeda Nacional .....	128
2.7.	Lucros Distribuídos aos Sócios - Lucro Presumido .....	129
2.8.	Regime de "COMPETÊNCIA" ou de "CAIXA" - Lucro Presumido .....	131
2.9.	Avaliação a Valor Justo (AVJ) - Lucro Presumido .....	133
2.10.	Arrendamento Mercantil na Arrendadora - Lucro Presumido.....	134
2.11.	Permuta de Imóveis - Lucro Presumido .....	134
2.12.	Alienação do Bem (AÑC) - Lucro Presumido.....	135
	<b>CAPÍTULO V - PIS E COFINS .....</b>	<b>137</b>
1.	<b>REGIME CUMULATIVO - PIS/COFINS.....</b>	<b>137</b>
1.1.	Receita Bruta e Base de Cálculo/Cumulativo - PIS/Cofins.....	137
1.2.	Ajuste a Valor Presente (AVP) - PIS e Cofins/Cumulativo.....	140
1.3.	Contrato a Longo Prazo - Regime Cumulativo.....	140
2.	<b>IMPORTAÇÃO - PIS/COFINS - REGIME NÃO CUMULATIVO .....</b>	<b>141</b>
3.	<b>REGIME NÃO CUMULATIVO - PIS/COFINS.....</b>	<b>142</b>
3.1.	Base de Cálculo da Incidência do PIS/Cofins - Exclusões da Receita Bruta .....	142

3.2.	Créditos PIS/Cofins - Regime Não Cumulativo .....	145
3.2.1.	Tipos de créditos do PIS/Cofins - Novidades e exemplos	145
3.2.2.	Arrendamento Financeiro - Crédito na Pessoa Jurídica Arrendatária .....	147
3.2.3.	Vedado tomar crédito do PIS/Cofins .....	149
3.2.4.	Ajuste a Valor Presente (AVP) - Crédito de PIS/Cofins ...	150
3.2.5.	Créditos de PIS/Cofins nos contratos de concessão de serviços públicos .....	150
3.2.6.	Ativo Não Circulante Mantido para Venda - PIS/Cofins .	152
4.	SOCIEDADES DE ADVOGADOS E SOCIEDADES COOPERATIVAS - PIS/COFINS .....	153
5.	CONSTRUÇÃO CIVIL - PRORROGAÇÃO DO PRAZO NO CUMULATIVO - PIS/COFINS .....	153
<b>CAPÍTULO VI - REGRAS ESPECÍFICAS PARA IRPJ/CSLL PRODUZIDAS PELA LEI .....</b>		<b>155</b>
1.	AMORTIZAÇÃO DO INTANGÍVEL (CPC 04) .....	155
1.1.	Ativo Intangível - Amortização .....	155
1.2.	Inovação Tecnológica - Gastos com Desenvolvimento .....	155
2.	ARRENDAMENTO MERCANTIL - (CPC 06) .....	157
2.1.	Diferença de Arrendamento Mercantil Financeiro (AMF) e Arrendamento Mercantil Operacional (AMO) .....	157
2.2.	Contabilização e Dedutibilidade - Arrendamento Mercantil Financeiro (AMF) .....	158
2.2.1.	Contabilização - Arrendamento Mercantil Financeiro ....	158
2.2.2.	Tratamento tributário no IRPJ/CSLL - Depreciação e encargos - AMF .....	159
2.3.	Contabilização e Dedutibilidade - Arrendamento Mercantil Operacional (AMO) .....	160
2.3.1.	Contabilização - Arrendamento Mercantil Operacional ..	160
2.3.2.	Tratamento tributário no IRPJ/CSLL - Contraprestações - AMO .....	161
2.4.	Contratos Não Tipificados como Arrendamento Mercantil .....	161
2.4.1.	Elementos contabilizados como arrendamento mercantil por força de normas contábeis .....	161
2.5.	Arrendamento Mercantil - Crédito PIS/Cofins na Contraprestação .....	163

2.6.	Arrendamento Mercantil Não Sujeito à Lei nº 6.099/1974 - Créditos de PIS/Cofins.....	164
2.7.	Arrendamento Mercantil - IN RFB nº 1.515/2014.....	165
3.	ATIVIDADE IMOBILIÁRIA - COMPRA E VENDA, LOTEAMENTO, INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS.....	167
3.1.	Permuta de Imóveis - Momento da Tributação da Parcela do Lucro Bruto .....	167
3.2.	Venda a Prazo ou em Prestações (Recebimento após o Fim do Período) - Compra e Venda, Loteamento, Incorporação e Construção de Imóveis.....	169
3.3.	Reconhecimento da Receita - Aspecto Contábil (ICPC 02 e OCPC 01) .....	171
3.4.	Permuta de Unidade Imobiliária e Ativo .....	172
4.	BEM DE PEQUENO VALOR REGISTRADO PARA DESPESA - LIMITE	172
5.	CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ICPC 01).....	174
5.1.	Receita de Contrato de Concessão de Serviço Público - Lucro Real .....	177
5.2.	Estimativa Mensal - Lucro Real - Concessão de Serviço Público	178
5.3.	Receita de Contrato de Concessão de Serviços Públicos - Lucro Presumido ou Arbitrado .....	178
5.4.	PIS/Cofins - Receitas de Contratos de Concessão de Serviços Públicos .....	179
5.5.	PIS/Cofins - Créditos nos Contratos de Concessão de Serviços Públicos .....	179
5.6.	Contrato de Concessão de Serviços Públicos - Adoção Inicial da Lei em 2013/2014 .....	180
5.7.	Ativo Financeiro - Reconhecimento da Receita - Lucro Real .....	181
6.	CUSTOS ESTIMADOS DE DESMONTAGENS (CPC 25 E 27) .....	181
6.1.	Registro Contábil .....	181
6.2.	Dedutibilidade dos Custos de Desmontagem .....	182
7.	DEPRECIAÇÃO - TAXA CONTÁBIL E FISCAL (CPC 27) .....	182
8.	DESPESA COM EMISSÃO DE AÇÕES (CPC 08) .....	185
9.	DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS OU PRÉ-INDUSTRIAIS (CPC 04).....	186
10.	GANHO DE CAPITAL- AQUISIÇÃO COM AVP E VENDA DO BEM - TRATAMENTO CONTÁBIL E FISCAL.....	188

10.1.	Baixa de Bens do AÑC com AVP - Apuração do Ganho de Capital	188
10.2.	Venda de Bens do AÑC a Longo Prazo - Tratamento Fiscal .....	190
11.	INCORPORAÇÃO, FUSÃO, CISÃO - IFC (CPC 15/18 E ICPC 09) .....	192
11.1.	Levantar Balanço Específico .....	192
11.2.	Mais-valia na Incorporação, Fusão ou Cisão - Tratamento Fiscal	192
11.3.	Menos-valia - Incorporação, Fusão ou Cisão.....	196
11.4.	Ágio Rentabilidade Futura/Goodwill - Incorporação, Fusão ou Cisão .....	197
11.5.	Ganho por Compra Vantajosa (Deságio) - Incorporação, Fusão ou Cisão .....	200
11.6.	AVJ na Sucetida Transferida para a Sucessora - Incorporação, Fusão ou Cisão .....	202
11.7.	Evento Realizado com Empresa Controlada por Estágio - Incorporação, Fusão e Cisão .....	203
11.8.	Evento Realizado com Empresa Não Controlada - Incorporação, Fusão e Cisão.....	203
12.	JUROS ASSOCIADOS A EMPRÉSTIMOS - TRATAMENTO FISCAL (CPC 20).....	204
12.1.	Condição da Dedutibilidade dos Juros .....	205
12.2.	Classificação Contábil e Fiscal dos Juros Associados a Empréstimos.....	205
13.	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) .....	206
13.1.	Regra Geral para Calcular os JCP .....	206
13.2.	Regras da Dedutibilidade/IRFonte.....	208
13.3.	Juros sobre Capital Próprio - JCP - Período de 2008 a 2014.....	210
13.4.	JCP Imputado ao Dividendo - Critério e Contabilização.....	211
14.	LALUR - SPED ECF - IRPJ/CSLL.....	211
14.1.	Lucro Real.....	211
14.2.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) .....	214
14.3.	E-Lalur - Multas pelo Atraso ou Incorreções.....	214
15.	LUCRO DA EXPLORAÇÃO - LUCRO REAL/IRPJ/CSLL .....	216
15.1.	Quem Deve Calcular o Lucro da Exploração.....	216
15.2.	Novidades Produzidas pela Lei.....	218
16.	PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES (CPC 10) .....	220
17.	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA EM SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS (CPC 18) .....	221

17.1.	Quais os Investimentos Sujeitos ao MEP - Foco Contábil.....	221
17.2.	Desdobramento do Custo Participação Societária (ICPC 09/ CPC 18) .....	222
17.3.	Ponto de Vista Fiscal - Desdobramento do Custo .....	222
17.4.	Compra Vantajosa (Deságio) - Participação Avaliada pelo MEP .	225
17.4.1.	Investimento avaliado pelo MEP - Compra vantajosa (deságio).....	225
17.4.2.	Compra vantajosa (deságio) - Participação não avaliada pelo MEP .....	227
17.5.	Regras para Realização do MEP em cada Balanço .....	228
17.6.	Registro do MEP e dos Lucros Recebidos pela Investidora - Contabilização e Tratamento Fiscal do MEP .....	229
17.6.1.	Registro contábil do MEP .....	229
17.6.2.	Tratamento fiscal do resultado do MEP - Nacional e exterior .....	230
17.7.	Constituição e Baixa do Saldo do “Mais-valia” ou “Menos-valia” ou Ágio na Investidora.....	231
17.7.1.	Pela constituição da “mais-valia” e “ágio”.....	231
17.7.2.	Baixa pelo valor igual da “mais-valia” na investidora.....	232
17.7.3.	Baixa da “mais-valia” - Diferentes bens de sua origem ou superior.....	233
17.7.4.	Constituição e baixa da “menos-valia” na investidora ....	234
17.8.	Amortização da “Mais-valia”, “Menos-valia” e do “Ágio/Goodwill”..	236
17.9.	Ganho ou Perda de Capital na Venda de Participação Societária sujeita ao MEP .....	237
17.10.	Aquisição de Participação Societária em Estágios.....	238
17.11.	Subscrição de Capital Social Feita por Meio da Entrega de Bens - Ganho ou Perda.....	240
18.	PREJUÍZOS NÃO OPERACIONAIS E PREJUÍZOS FISCAIS.....	242
18.1.	Saldo de Prejuízo Não Operacional em 31.12.2013 .....	242
18.2.	Regra Vigente a partir de 01.01.2014/2015 - Ativo Não Circulante .	243
18.3.	Prejuízos Fiscais - Compensação .....	245
19.	PRÊMIO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES (CPC 08).....	246
19.1.	Contabilização .....	246
19.2.	Regras Fiscais para Dedutibilidade da Receita do Prêmio .....	248
20.	RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA - AMPLIADO O SEU CONCEITO .....	249

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO (CPC 07).....	252
21.1. Aspecto Contábil - Receita de Subvenção.....	252
21.2. Aspecto Fiscal do IRPJ/CSLL - Receita de Subvenção .....	253
21.3. Receita de Subvenção no Lucro da Exploração .....	255
22. RENDIMENTOS INDIRETOS DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS - PESSOA FÍSICA - ISENÇÃO.....	255
23. TESTE DE RECUPERABILIDADE (CPC 01) .....	256
<b>CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A IN RFB Nº 1.515/2014 .....</b>	<b>259</b>
INTRODUÇÃO .....	259
1. RESULTADOS NÃO REALIZADOS - OPERAÇÕES INTERCOMPA- NIAS.....	260
2. NOVOS MÉTODOS CONTÁBEIS .....	262
3. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA - PIS/COFINS. ....	262
4. INCORPORAÇÃO/CISÃO/FUSÃO/EXTINÇÃO/LIQUIDAÇÃO .....	263
5. TRIBUTAÇÃO COM BASE NO LUCRO PRESUMIDO TRIMESTRAL... ..	264
6. GANHOS E PERDAS DE CAPITAL - LUCRO REAL .....	270
7. ÁGIO/COMPRA VANTAJOSA - TRATAMENTO FISCAL NO LUCRO REAL .....	272
8. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS .....	275
8.1. Desdobramento do Custo de Aquisição com Base em Laudo.....	275
8.2. Ajuste do Valor Contábil do Investimento e Respectiva Contra- partida .....	277
8.3. Redução da Mais-valia ou Menos-valia e do Goodwill .....	278
8.4. Aquisição de Participação Societária - Estágios (qual se detinha participação societária anterior) .....	278
8.4.1. Incorporação, Fusão, Cisão - Participação Societária - Adquirida em Estágios.....	279
8.5. Resultado na Alienação do Investimento.....	280
9. INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO .....	280
9.1. Critério Fiscal da Mais-valia/Menos-valia/do Ágio - Incorpora- ção, Fusão e Cisão .....	280

10. INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO - DE EMPRESA NÃO CONTROLADA - ESTÁGIOS .....	285
11. INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO OCORRIDA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....	286
<b>CAPÍTULO VIII - TRIBUTAÇÃO EM BASES UNIVERSAIS - LUCROS DE COLIGADAS E CONTROLADAS NO EXTERIOR.....</b>	<b>289</b>
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	289
1.1. Adoção pela Lei em 2014 - Regras Fiscais Aplicáveis.....	290
1.2. Regime de Apuração dos Lucros, Rendimentos e Ganhos do Exterior .....	290
1.3. Período de 2002 a 2013 - Momento da Tributação dos Lucros do Exterior .....	291
2. CONTROLADAS NO EXTERIOR - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO .....	292
2.1. Lucros e Prejuízos Oriundos de CONTROLADA no Exterior.....	292
2.1.1. Subconta individualizada de investimento no exterior ...	292
2.1.2. Conversão para real do lucro do exterior .....	293
2.1.3. Ajuste positivo do MEP de controlada no exterior - Momento da tributação do IRPJ/CSLL no Brasil.....	293
2.1.4. Pagamento em parcelas do IRPJ/CSLL - Controladas no exterior .....	294
2.1.4.1. Pagamento em 8 anos do imposto sobre lucros no exterior.....	294
2.1.4.2. Condição para o pagamento do IR em parcelas do lucros do exterior .....	297
2.1.4.3. Atualização das parcelas .....	298
2.1.5. Prejuízo apurado “Antes” e “Depois” da Lei de Controlada no Exterior - Critério de compensação.....	298
2.1.6. Atividades de afretamento e prospecção e exploração de petróleo e gás.....	301
2.1.7. Resultado da filial ou da sucursal no exterior .....	302
2.1.8. Equiparação - Coligada à controladora .....	302
2.2. Consolidação de Lucros com Prejuízos de Controladas no Exterior	303
2.2.1. Resultado Positivo da Consolidação de controladas no exterior .....	308
2.2.2. Resultado Negativo da Consolidação de controladas no exterior .....	308

2.2.3.	Quando não houver consolidação de lucros e prejuízos no exterior .....	309
2.2.4.	Imposto pago pela controlada no exterior - Dedução na consolidação .....	311
2.3.	Deduções do IR Pago no Exterior pela Controlada e Outras.....	311
2.3.1.	Compensação do IR pago no exterior - Condição e limite..	311
2.3.2.	Parcela excedente na dedução - Tratamento na CSLL.....	313
2.3.3.	Imposto de Renda na consolidação de lucros e prejuízos de controladas no exterior.....	313
2.3.4.	Incentivo de crédito presumido - Atividades específicas no exterior .....	313
2.3.5.	IRFonte sobre rendimentos obtidos de controlada no exterior .....	314
2.3.6.	Participações da controlada no exterior em pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil .....	315
2.3.7.	Preço de transferência - Dedução do valor adicionado ...	316
2.3.8.	Resumo das deduções do imposto pago pelas controladas no exterior.....	317
2.4.	Quadro Resumo - Lucro, Prejuízo, Pagamento em Parcelas e Consolidação na Controlada no Exterior .....	319
3.	COLIGADAS NO EXTERIOR - TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.....	321
3.1.	Lucro de Coligada no Exterior - Momento da Tributação do IRPJ/CSLL .....	322
3.2.	Descumprimento das Regras pela Coligada no Exterior .....	324
3.3.	IRFonte sobre Dividendos Distribuídos por Coligada no Exterior .....	325
3.4.	Quadro Resumo sobre Lucro e Prejuízo de Coligada no Exterior	326
3.5.	Resumo das Deduções do Imposto Pago pelas Coligadas no Exterior .....	326
3.6.	Equiparação da Coligada à Controladora no Brasil - Reflexo.....	327
4.	DEFINIÇÕES PARA FINS DE TRIBUTAÇÃO DE LUCROS DO EXTERIOR.....	329
4.1.	Equiparação à Controladora - Conceito .....	329
4.2.	Renda Ativa Própria e Subtributação - Conceito .....	330
5.	DEMONSTRATIVOS A SEREM TRANSMITIDOS VIA SPED ECF .....	331
5.1.	Demonstrativo de Resultados no Exterior .....	331
5.2.	Demonstrativo de Consolidação .....	332

5.3.	Demonstrativo de Prejuízos Acumulados no Exterior.....	332
5.4.	Demonstrativo de Rendas Ativas e Passivas .....	333
5.5.	Demonstrativo do Imposto Pago no Exterior .....	334
5.6.	Demonstrativo de Estrutura Societária .....	334
5.7.	Do Demonstrativo de Resultados no Exterior Auferidos por Inter- médio de Coligadas em Regime de Caixa.....	335
6.	PESSOA FÍSICA RECEBE LUCROS, RENDIMENTOS E GANHOS DO EXTERIOR .....	335
7.	TRATADOS OU CONVENÇÕES INTERNACIONAIS PARA EVITAR A BITRIBUTAÇÃO.....	336
7.1.	Legislação Inicial.....	336
7.2.	Comentários Introdutórios .....	337
7.3.	Acordos para Evitar a Dupla Tributação - Países .....	338
<b>CAPÍTULO IX - REVOGAÇÕES/VIGÊNCIA/LEI .....</b>		<b>341</b>
LEI Nº 12.973/2014 (DOU 14.05.2014) (ÍNTEGRA).....		361